



REP's - Revista Even. Pedagóg.

Edição Especial Temática: Análise de Discurso em conceitos e procedimentos

Sinop, v. 13, n. 1 (32. ed.), p. 128-141, jan./maio 2022

ISSN 2236-3165

<https://periodicos.unemat.br/index.php/rep/index>

DOI: 10.30681/2236-3165

---

## ANÁLISE DE DISCURSOS SOBRE A CRIAÇÃO DA ESCOLA JOSÉ BOITEUX EM DIONÍSIO CERQUEIRA-SC:

reflexões a partir do relato A Viagem de 1929<sup>1</sup>

## DISCOURSE ANALYSIS ON THE CREATION OF THE JOSÉ BOITEUX SCHOOL IN DIONÍSIO CERQUEIRA-SC:

reflections from the report A Viagem de 1929

Marilene Aparecida Lemos

### RESUMO

O presente trabalho traz para a reflexão discursos sobre a criação da escola nacional, em Dionísio Cerqueira-SC, em 1929. O corpus da pesquisa é composto por enunciados selecionados da obra **A viagem de 1929: Oeste de Santa Catarina: documentos e leituras**. A discussão é conduzida a partir da distinção entre real e imaginário, teorizada por Eni Orlandi. Assim, o artigo tenta compreender a relação contraditória entre o desejável (ou seja, aquilo que a comitiva do governador do estado de Santa Catarina esperava ver no lado brasileiro da fronteira) e o que é visto – que, segundo os relatos, vai na direção da desnacionalização.

**Palavras-chave:** Escola Nacional. Relatos. Fronteira. Espaço. Sujeito. Línguas.

---

<sup>1</sup> Este artigo é um recorte da tese de doutorado, defendida em 2019, intitulada **ENTRE ESPAÇOS, SUJEITOS E LÍNGUAS: a produção da fronteira em Dionísio Cerqueira-SC, Barracão-PR (Brasil) e Bernardo de Irigoyen (Misiones, Argentina) nos relatos de viagens**, sob a orientação das professoras doutoras Carolina Rodríguez-Alcalá e Maria Onice Payer, no Instituto de Estudos da Linguagem (IEL) da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp).

## ABSTRACT

The current work shines a light on discourses about the creation of the national school, in Dionísio Cerqueira-SC, in 1929. The research corpus is composed of selected statements from the work **A viagem de 1929: Oeste de Santa Catarina: documentos e leituras**. The discussion is conducted from the distinction between real and imaginary, as theorized by Eni Orlandi. Thus, the article attempts to understand the contradictory relationship between the desirable (i.e., what the entourage of the governor of the state of Santa Catarina expected to see on the Brazilian side of the border) and what is seen - which, according to the reports, goes in the direction of denationalization.

**Keywords:** National School. Reports. Border. Space. Subject. Languages.

### Correspondência:

**Marilene Aparecida Lemos.** UNICAMP. Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), Curso de Graduação em Letras: Português e Espanhol – Licenciatura e Programa de Pós-graduação em Estudos Linguísticos (PPGEL/UFFS). Grupos de Pesquisa: Língua(gem), discurso e subjetividade (UFFS) e O cotidiano na História das Ideias Linguísticas (IEL/UNICAMP). Projeto de Pesquisa: Entre espaços, sujeitos e línguas: a produção da fronteira Brasil/Argentina em discursos cotidianos. Realeza-PR, Brasil. E-mail: [marilene.lemos@uffs.edu.br](mailto:marilene.lemos@uffs.edu.br)

Recebido em: 16 de dezembro de 2021.

Aprovado em: 24 de março de 2022.

Link/DOI: <https://periodicos.unemat.br/index.php/rep/article/view/6288/4600>

## 1 INTRODUÇÃO

No início dos anos 2000, quando fui apresentada à Análise de Discurso por minha orientadora de mestrado, María Teresa Celada, na Universidade de São Paulo, os livros **Análise de discurso: Princípios & Procedimentos** e **As formas do silêncio: no movimento dos sentidos** foram os primeiros trabalhos que tive contato. Embora eu tenha sido alertada para a necessidade de se evitar o deslumbramento pelos autores e textos, deixei-me reviver a criança que lê e relê seus livros favoritos infinitas vezes, deixei-me encantar pela teoria e por tudo que me

conduzisse a conhecer mais a respeito dessa autora, Eni Orlandi, que me inspirava tanto – aquela que tinha escrito um livro sobre o silêncio e que o tomou como objeto de reflexão.

Afetada pelos modos de existir dos sentidos e do silêncio, arrisquei-me em caminhos ínvios e tortuosos entre o dizer e o não-dizer, movida por esse “silêncio que atravessa as palavras, que existe entre elas, ou que indica que o sentido pode sempre ser outro, ou ainda que aquilo que é mais importante nunca se diz” (ORLANDI, 2007, p. 14). Coloquei-me à escuta do silêncio, um tanto atônita naquele movimento pendular entre a teoria e a prática de ensino de língua espanhola em um centro de línguas de uma escola pública estadual, no caso, uma instituição situada no município de Guarulhos-SP. Parecia-me que o sujeito reticente, que aguardava, que retardava o aparecimento da palavra, que ficava em silêncio, suportava uma forte contradição diante das demandas do Mercado – que o convocava a falar, a comunicar-se – e diante da própria interpelação da escola – campo que o recrutava, em relação à linguagem, a ter coerência, a ser exaustivo, a ser claro.

De tais inquietações resultou minha dissertação de mestrado<sup>2</sup> e, nesse processo, o livro **Análise de discurso: Princípios & Procedimentos** foi fundamental. Entre idas e vindas da referida obra, comecei a puxar alguns fios e estabelecer algumas relações de sentido, levando em conta as tecituras entre real e imaginário e as relações de força e mecanismos de antecipação. Estas concepções podem entrar em jogo em uma aula de língua espanhola nas condições de produção nas quais estavam inseridas a prática de ensino de um centro de línguas da escola pública no estado de São Paulo.

Hoje, geograficamente distante de São Paulo, e há mais de uma década da defesa do mestrado, atuo como docente de língua espanhola e pesquisadora na Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), *campus* de Realeza-PR, onde comecei a tomar contato com a história da fronteira sul, notadamente através de relatos de viajantes que percorreram essa fronteira no início do século XX. Dentre os quais, destaco as obras **Pela fronteira** (1903), de Domingos Nascimento, e **A**

---

<sup>2</sup> A dissertação intitulada **O Espanhol em redes de memória**. Antigas rotinas e novos sentidos dessa língua no Brasil foi defendida em 2008 no Programa de Pós-Graduação em Língua Espanhola e Literaturas Espanhola e Hispano-Americana (FFLCH-USP), sob a orientação da professora doutora María Teresa Celada.

**viagem de 1929: Oeste de Santa Catarina: documentos e leituras**, organizada pelo Centro de Memória do Oeste de Santa Catarina – CEOM. Estes relatos formaram o *corpus* de minha pesquisa de doutoramento.

Em uma perspectiva discursiva, este trabalho tem como objeto a constituição do espaço de fronteira e de suas divisões em Dionísio Cerqueira-SC, Barracão-PR (Brasil) e Bernardo de Irigoyen (Misiones, Argentina) nos relatos de viagens. Devo destacar que o referido objeto se mantém vivo e pulsante, assim como o desejo de visitar os relatos e as obras teóricas escritas por Eni Orlandi, que me introduziram ao campo disciplinar da Análise de discurso de base materialista.

Para os fins deste artigo, meu olhar estará mais direcionado à obra **A viagem de 1929: Oeste de Santa Catarina: documentos e leituras**<sup>3</sup>, particularmente aos relatos que a compõem: **O Oeste Catharinense – visões e sugestões de um excursionista** (1929), de Arthur Ferreira da Costa, e o **Oeste Catharinense – de Florianópolis a Dionísio Cerqueira** (1931), de José Arthur Boiteux.

Os relatos elaborados marcam um discurso sobre o espaço de fronteira que traz indícios que podem produzir inúmeros sentidos acerca da constituição deste espaço. Mais especificamente, no que tange aos objetivos deste artigo, este material me permite refletir acerca dos discursos sobre a criação da Escola José Boiteux em território brasileiro a partir da visita do governador do estado de Santa Catarina e sua comitiva a essa região de fronteira, em 1929.

Para tanto, apresento duas sequências discursivas (SDs) a respeito da criação da referida escola, em Dionísio Cerqueira-SC: a primeira SD foi extraída do relato de Boiteux (1931) e a segunda do relato de Costa (1929). As análises desse artigo estão fundamentadas, sobretudo, na distinção entre real e imaginário (ORLANDI, 1999), visando refletir sobre a relação contraditória entre o desejável – isto é, aquilo que a comitiva do governador do Estado de Santa Catarina esperava

---

<sup>3</sup> Nessa obra, há reedições fac-similares do livro de Arthur Ferreira da Costa *O Oeste Catharinense – visões e sugestões de um excursionista* (Rio de Janeiro: Vilas Boas e Cia., 1929) e da conferência de José Arthur Boiteux intitulada *Oeste Catharinense – de Florianópolis a Dionísio Cerqueira* (Florianópolis: Alberto Entres & Irmão, 1931). Também fazem parte da obra fotografias extraídas do álbum fotográfico que registra a passagem do governador do estado pelo oeste. Além disso, há dois artigos científicos sobre a viagem de 1929: um elaborado por Arlene Renk, antropóloga, intitulado “O conhecimento do território: a Bandeira de Konder”, apresentado originalmente no encontro da ABA (Associação Brasileira de Antropologia) em 1994; o outro foi escrito por Maria Bernardete Ramos Flores e Élio Cantalício Serpa, historiadores, cujo título é *A hermenêutica do vazio: fronteira, região e brasilidade na viagem do governador ao Oeste de Santa Catarina*, publicado na Revista Projeto História, da PUC-SP, n° 18, em 1999.

ver no lado brasileiro da fronteira Brasil/Argentina – e o que é visto – que, segundo o relato, vai na direção da desnacionalização. Baseio-me, também, no que Mariani (2004) nos ensina a respeito dos discursos da (sobre a) colonização e sobre a política colonial e no que Payer (2005) aborda acerca da língua nacional e da língua materna.

Essa reflexão justifica-se pela necessidade de ampliar as análises sobre a fronteira de um modo que não restrinja a compreensão do espaço fronteiriço como, apenas, uma divisão estabelecida entre os estados (inter)nacionais. Cabe salientar que esta divisão opera por meio de leis e tratados e por decisões político-jurídicas que tomam a fronteira como dada, ‘desenhada’ nos mapas. Assim, de maneira mais ampla, afetada pelo lugar teórico que ocupo, busco analisar a fronteira a partir de processos simbólicos que participam de sua constituição. Nessa perspectiva, faz-se importante compreender discursivamente a constituição do espaço de fronteira e de suas divisões, ou seja, entender como as fronteiras políticas e territoriais são produzidas pelo discurso, numa relação constitutiva entre sujeitos, sentidos e espaço (RODRÍGUEZ-ALCALÁ, 2011).

Assim, na próxima seção, apresentarei uma breve contextualização histórica da viagem do então governador do estado de Santa Catarina, Adolfo Konder, à região de fronteira desse estado com a Argentina. Na sequência, haverá uma seção dedicada às análises discursivas de um recorte da obra **A viagem de 1929: Oeste de Santa Catarina: documentos e leituras**; este segundo tópico versará a respeito da escola que foi criada no lado brasileiro da fronteira (Dionísio Cerqueira-SC). Por fim, tecerei algumas considerações sobre as principais reflexões realizadas no artigo.

## **2 A VIAGEM DE 1929: uma breve contextualização**

Começo por dizer que em 1929 o então governador do estado de Santa Catarina, Adolfo Konder, organizou uma expedição que partiu de Florianópolis e, por um período de 30 dias, percorreu o estado de Santa Catarina rumo à cidade de Dionísio Cerqueira, localizada na fronteira com a Argentina. Na referida viagem, Konder recebeu a companhia de políticos, autoridades policiais, consultores jurídicos, agrimensores e fotógrafos, aspirando a levar ‘civilização’ ao oeste de

Santa Catarina. Ainda, os atos administrativos de Adolfo Konder estiveram alinhados ao projeto de ‘modernização’ e ‘civildade’ que passa a ser intensamente difundido no Brasil a partir da década de 1920 (NUNES, K., 2009, p. 67).

Devo destacar que, desde a segunda década do século XIX, já havia uma “preocupação governamental com um conhecimento mais amplo do interior do país” (VOJNIAK, 2005, p. 9). Para além da “descrição de espaço (como a localização de sua posição geográfica em relação ao globo terrestre)”, havia “um interesse ampliado de suas configurações”, no qual se incluía a localização das fronteiras (SALOMON, 2002, p. 137-141 apud VOJNIAK, *ibid.*). Vojniak (*ibid.*) assinala que “esse novo saber do espaço reclama a importância de viagens de reconhecimento do interior do país para possibilitar o seu desenvolvimento, a sua povoação ou a sua colonização”. Ou seja, a conjuntura sócio-histórica e política demandava um interior que deveria ser inventado, descoberto, preenchido, dado a ver. Esses estudos me permitiram compreender que os séculos XIX e XX no Brasil se caracterizaram pelo processo de expansão territorial interna e, simultaneamente, de demarcação de fronteiras externas, que acompanhou o andamento da constituição da ‘unidade nacional’. Nesse processo, os viajantes, através de seus relatos, desempenharam um papel fundamental.

Assim sendo, os relatos acerca da viagem do governador Adolfo Konder – e demais representantes do poder público estadual à fronteira do Brasil com a Argentina – colocam o analista de discurso num lugar de escuta de um material que expõe viajantes ‘oficiais’, ‘eficazes’ em seu propósito de (re)conhecer uma zona ‘que não constava nos mapas’ e de participar de um ato político e público visando “dar a conhecer ao litoral o que é o interior” (RENK, 2005, p. 120), dar a existir, ‘inventar’ esse ‘interior’ ‘invisível’ e ‘vazio’ vinculando-o, portanto, à unidade do Estado brasileiro.

Saltam aos olhos descrições do espaço de fronteira como um ‘rincão’, uma ‘orla do país’, uma região ‘abandonada’. E, para o governador, “conhecer o território equivalia a tomar posse simbólica da área, num processo de conhecimento explicitado pelos integrantes da comitiva” (*ibid.*). As análises discursivas que venho realizando mostram um processo de significação do espaço que tem, como efeito, a produção da fronteira como um ‘espaço vazio’, distante de centros urbanos, em particular, da capital do estado de Santa Catarina. Deste modo, a fronteira é

significada como um local à margem da ação do Estado e desprovido de seus símbolos (bandeira, hino e outros) e instituições (cartório, escola e outras). Dentre as referidas instituições, busco enfatizar, neste artigo, a escola, lançando luz para os sentidos que permeiam a criação da escola nacional brasileira.

### **3 A CRIAÇÃO DA ESCOLA NACIONAL: algumas análises**

A (re)leitura e a (re)escuta da obra **A viagem de 1929** permite-me refletir acerca de questões relativas a fatos linguísticos que têm me inquietado desde que comecei estudar o espaço de fronteira Brasil/Argentina a partir dos relatos de viagens. Alguns exemplos destas questões são: a) quais são as línguas mencionadas nesses relatos? b) como os viajantes descreviam essa(s) língua(s)? c) como eles descreviam os sujeitos e os espaços? d) como as fronteiras são produzidas no(s) discurso(s) sobre as línguas, os sujeitos e os espaços?

Conforme observo no relato, são regulares as afirmações sobre os espaços, sujeitos e línguas que evidenciam um imaginário acerca da região de fronteira, produzindo no discurso efeitos de estranhamento, de 'desconforto' e uma tensão entre o que a comitiva esperava ver e o que é visto. Ainda, menciona-se que não havia escolas no lado brasileiro da fronteira e as crianças brasileiras estudavam na escola de Barracón, em funcionamento no território argentino. Nessa escola, os estudantes aprendiam espanhol e a cantar o hino da Argentina; a região é considerada como um 'rincão', 'uma orla do país' e, assim, do ponto de vista da comitiva, se fazia urgente inaugurar instituições públicas, dentre essas, criar escolas.

Então, dou início à discussão apresentando as sequências discursivas abaixo:

SD1 – Creou-se a escola, que tomou o nome de José Boiteux. Não mais deixarão os nossos conterrâneos de aprender a língua nacional, pois que, para não serem analfabetos, iam à escola argentina, atravessando o Pepiry-guassú! (BOITEUX, 1931, p. 101).

SD2 – criou o presidente Konder uma escola pública, a que deu o nome de José Boiteux, collocando-a sob o patrocínio deste digno catarinense, com moldes correspondentes a essa alta mentalidade que tem o actual governo de bem organizar as nossas repartições e instituições e eleger funcionarios destacados para que, ali, no confronto da fronteira, o sentimento nacional não soffra constrangimento (COSTA, 1929, p. 51).

Como ponto de partida, aproximo o olhar ao nome 'José Boiteux'. Questiono-me sobre os sentidos que circulam e se (re)produzem nas SDs associados a esse nome. Considero que "denominar, definir, caracterizar, descrever, classificar, renomear, entre outros, é dar sentido a um objeto x, são gestos interpretativos" (COSTA, 2011, p. 13). Além disso, entendo que "ao (se) denominar, uma direção ao sentido é apontada, um processo de significação é posto em movimento" (ibid.). Por que José Boiteux e não Pepiry-guassú? Quem e o que está presente/ausente na escolha do nome? Noto na SD2 que o nome 'José Boiteux' está associado a 'digno catarinense', 'funcionários destacados', produzindo sentidos a esse nome e pondo em movimento um processo discursivo (ideológico). 'José Boiteux' fazia parte da comitiva de Adolfo Konder, 'com moldes correspondentes a essa alta mentalidade que tem o actual governo'; se constitui, portanto, como um nome que representaria a estrutura jurídico-administrativa do governo do estado de Santa Catarina.

Com base em reflexões de Fedatto (2013), posso dizer que a nomeação significa essencialmente uma mudança naquilo que o então povoado de Dionísio Cerqueira rememorava. Nessa direção de sentidos, observo que a comitiva do governador, os 'oficiais' do Estado, intuídos em marcar presença 'no confronto da fronteira', não o fizeram por meio do 'espaço originário', 'natural' – remontando ao nome do rio Pepiry-guassú, por exemplo –, mas pelo nome 'José Boiteux': através deste gesto, "rememora-se a instauração do Estado e sua legitimidade sobre esse espaço" (LEMOS, 2019, p. 111).

É importante destacar, ainda na SD2, a respeito da escolha do nome 'José Boiteux', que os sentidos apontam para o 'sentimento nacional', cravado no nome da escola e no lado brasileiro da fronteira, isto é, tanto o nome 'José Boiteux' como a escola nacional representam o Estado no espaço de fronteira. Outro ponto que chama atenção em relação a esta SD é a colocação de que o 'sentimento nacional' tampouco pode 'sofrer constrangimento' no espaço, mas também na língua. Dessa maneira, com a criação da escola nacional, 'não mais deixarão os nossos conterrâneos de aprender a língua nacional' (SD1). Isto me possibilita observar que, metonimicamente, a escola é tomada pela língua (e pelo Estado) e, em um mesmo movimento, o caráter nacional da língua é ressaltado, de modo que a escola passa a ser posta como o lugar legitimado para ensinar e instrumentar essa língua.

Posso notar, ainda, que a criação da escola nacional produz no discurso uma injunção do sujeito fronteiriço (brasileiro) ao Estado. Em síntese, nesse processo de significação, funciona “a relação constitutiva entre sujeitos, sentidos e espaço” (RODRÍGUEZ-ALCALÁ, 2011), ou seja, as decisões político-jurídicas produzem efeitos de sentido não somente sobre o espaço de fronteira, mas sobre sujeitos e línguas. Por esta perspectiva, trago de minha tese de doutoramento a compreensão de que

[...] somente por meio da interpelação pelo Estado, pelas instituições jurídicas, que os sujeitos passam a “ter existência”, deixam de ser apagados – e o espaço “deixa de ser vazio”, passa a “ser ocupado”, “preenchido” pelos sujeitos identificados ao Estado, o que nos conduz a dizer que é a presença do Estado que “dá existência” jurídica ao espaço de Dionísio Cerqueira como um espaço de direito. (LEMOS, 2019, p. 148).

Com base no que precede, retomo o seguinte recorte:

Creou-se a escola [...] não mais deixarão os nossos conterrâneos de aprender a língua nacional, pois que, para não serem analfabetos, iam à escola argentina, atravessando o Pepiry-guassú! (SD1).

Observo que os enunciados ‘não mais deixarão os nossos conterrâneos de aprender a língua nacional’ e ‘iam à escola argentina’ produzem no discurso efeitos sustentados no pré-construído de que os sujeitos fronteiriços (brasileiros) não estavam identificados à língua portuguesa, falavam em seu cotidiano outra língua, uma ‘mistura de português e castelhano’ – conforme relatado pelos viajantes na obra **A viagem de 1929**.

Ainda, a língua que eles aprendiam na escola também era outra (a língua espanhola), que funcionava como uma opção não para que sujeitos fronteiriços (brasileiros) fossem alfabetizados, mas para que não ficassem analfabetos. Sendo assim, a escola nacional não estava sendo criada com o objetivo de privilegiar a diversidade dos falares na fronteira ou com o objetivo de valorizar a história e cultura local: ela era criada, isto sim, porque ‘nossos conterrâneos’ (SD1) precisariam aprender a ler e a escrever na língua nacional brasileira. Conforme elaboramos em Lemos (2019, p. 168), “por um efeito imaginário de unidade da língua nacional e da identidade brasileira, o ensino em/da língua nacional seria um meio para nacionalizar a língua em funcionamento na fronteira”.

À vista disso, meu esforço de análise também vai ao encontro das reflexões de Payer (2005, p. 9):

O fato de que nos Estados Nacionais uma única língua seja elevada à categoria de língua nacional, e o fato de que em nossas sociedades nacionais a escola tenha sido lugar por excelência de difusão desta mesma língua nacional, sobretudo através da escrita, produziram historicamente uma relação imaginária naturalizada, quase termo-a-termo, entre a língua nacional e a constituição do sujeito. “Sou brasileiro: falo português”. De tal modo isso se dá que a presença efetiva de diversas outras línguas que não o português, mesmo fragmentadas (e das diversas memórias discursivo/culturais que as acompanham), não têm tido, via de regra, um tratamento considerável seja no ensino, seja nas práticas de linguagem.

É possível apreender, pelas análises, que o viajante (posicionando-se no discurso) deixa marcas da formação discursiva a que ele se filia – a qual, por sua vez, inscreve-se numa determinada formação ideológica. As referências à língua estão carregadas tanto por discursos que elevam a língua portuguesa à categoria de língua nacional, quanto por uma ‘preocupação’ com a implantação da escola, atribuindo a esse espaço a legitimação dessa língua como nacional.

Neste ponto, buscando aprofundar a reflexão, a distinção que Orlandi (1999, p. 73-74) faz entre real e imaginário é fundamental:

O que temos, em termos de real do discurso, é a descontinuidade, a dispersão, a incompletude, a falta, o equívoco, a contradição, constitutivas tanto do sujeito como do sentido. De outro lado, a nível das representações, temos a unidade, a completude, a coerência, o claro e distinto, a não contradição, na instância do imaginário. É por essa articulação necessária e sempre presente entre o real e o imaginário que o discurso funciona.

As SDs que trago para análise neste artigo parecem evidenciar o que é visto pela comitiva do governador (na ocasião de visita àquela região de fronteira): ausência de escolas no lado brasileiro da fronteira, brasileiros que não estavam aprendendo a língua nacional, brasileiros estudando (espanhol) no lado argentino, enfim, uma zona ‘se desnacionalizando’. Com isso, a reflexão de Orlandi (ibid.) a respeito do real do discurso me leva a pensar que “a descontinuidade, a dispersão, a incompletude, a falta, o equívoco, a contradição” (ibid.) são fenômenos que constituem tanto o sujeito como o sentido e podem, também, constituir o espaço – no caso, o espaço de fronteira. Desta forma, aquilo que funciona negativamente para a comitiva do governador, como uma criança brasileira frequentar a escola na

argentina, produz no discurso efeitos da “fluidez real do espaço” (LEMOS, 2019, p. 147).

Para a reflexão que proponho neste artigo, a teorização de Orlandi (op. cit.) sobre o imaginário também é muito cara. De acordo com as análises desenvolvidas em minha tese de doutoramento,

[...] na instância do imaginário, a comitiva esperava ver, no lado brasileiro, uma organização política, as bandeiras brasileiras hasteadas, a moeda brasileira circulando, escolas brasileiras funcionando e também esperava ouvir o hino nacional, as pessoas falando em um “bom” português (LEMOS, op. cit).

De algum modo, estão presentes nessas representações a “unidade, a completude, a coerência, o claro e distinto, a não contradição” (ORLANDI, op. cit., p. 74). Por esta via, a criação da escola produz efeitos de sentido de busca pela unidade, pela completude tanto do espaço, como dos sujeitos e da língua, uma língua sem ‘interferência’ de outra. Assim, a escola nacional pode ser considerada como um elemento importante na “constituição de um espaço imaginário de fronteira” (LEMOS, op. cit). Em suma, ao colocar-me à escuta do material, foi possível analisar que o espaço de fronteira se produz na tensão entre o que a comitiva esperava ver e o que é visto, na articulação entre o real e o imaginário. Partindo da formulação de Mariani (2004, p. 45), posso dizer que funciona, neste lugar fronteiro, “uma complexa e contraditória relação entre homogeneidade imposta e heterogeneidade de fato, entre uma desejada unidade imaginária frente a uma diversidade concreta”.

#### **4 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A partir da releitura dos relatos de viagens que este trabalho me permitiu fazer, não raras vezes me deparo com descrições do espaço de fronteira como um ‘rincão’, uma ‘orla do país’, referências produzidas pelo viajante (autor do relato) e demais membros da comitiva do governador do estado de Santa Catarina, determinados pelas condições socioculturais, econômicas e políticas da época e por um efeito discursivo regido por um imaginário nacional. Isto fica evidente no relato de Costa (1929, p. 58):

[...] que essa jornada oficial [...], desperte nos nossos patrícios daquelle **rincão**, lampejos constantes de civismo e que aquellas lindas bandeiras, [...] ergam-se sempre sobre os topos de suas casas, [...] naquella **orla** do país (grifos meus).

Em outras palavras, a fronteira vai sendo significada nos relatos como um espaço à margem da ação do Estado (símbolos e instituições), um lugar que precisa ser ‘preenchido’, ‘nacionalizado’. Devo destacar que o intuito da viagem do governador Adolfo Konder pelas áreas fronteiriças era promover a interiorização do país, processo que visava o ‘preenchimento’ de espaços considerados ‘vazios’ (FLORES; SERPA, 2005).

Diante disso, as discussões realizadas neste artigo partiram da análise de SDs que tratam da criação da escola nacional e se deram no batimento entre a descrição e a interpretação dos relatos – o material de análise –, num jogo entre teoria e prática. Assim, foi fundamental retomar as leituras que constituíram o início do meu percurso na análise de discurso, principalmente o livro **Análise de discurso: Princípios & Procedimentos**.

A distinção que Orlandi (1999, p. 73-74) faz nessa obra entre real e imaginário coloca-me diante da dubiedade da fronteira: uma fronteira estabelecida, imposta pelo poder constituído; no caso das análises apresentadas, a imposição vem governo do estado de Santa Catarina, dos viajantes, dos ‘homens’ do Estado que vão até essa região de fronteira Brasil/Argentina e estabelecem normas, regras, demarcam, impõem sentidos que vão da direção de uma busca por um espaço imaginário, homogêneo. A criação da escola nacional no lado brasileiro da fronteira, como vimos aqui, é um exemplo.

De outro modo, o real mostra uma fronteira líquida, diluída, uma fronteira que se interpenetra permanentemente no espaço, na língua e nos sujeitos. Esses três lugares são atravessados por essa fronteira fluida – embora, do ponto de vista jurídico, ela seja estabelecida, devidamente demarcada. Prossigo, então, as investigações de uma fronteira marcada pela imposição e de uma fronteira que, justamente, dribla a imposição no espaço, na língua e na constituição dos sujeitos.

## REFERÊNCIAS

- BOITEUX, J. A. Oeste Catharinense (De Florianópolis a Dionísio Cerqueira). Florianópolis: Livraria Central de Alberto Entres & Irmão, 1931. *In*: Centro de Memória do Oeste de Santa Catarina – CEOM (org.). **A viagem de 1929**: Oeste de Santa Catarina: documentos e leituras. Chapecó: Argos, 2005. p. 81-105.
- CENTRO DE MEMÓRIA DO OESTE DE SANTA CATARINA - CEOM (org.). **A viagem de 1929**: Oeste de Santa Catarina: documentos e leituras. Chapecó: Argos, 2005.
- COSTA, A. F. O Oeste Catharinense: visões e sugestões de um excursionista. Rio de Janeiro: Villas Boas & Cia, 1929. *In*: CENTRO DE MEMÓRIA DO OESTE DE SANTA CATARINA – CEOM (org.). **A viagem de 1929**: Oeste de Santa Catarina: documentos e leituras. Chapecó: Argos, 2005. p. 19-79.
- COSTA, G. C. **Discursos sobre a milícia**: nomes, vozes e imagens em movimento na produção de sentidos. 2011. 166 p. Tese (Doutorado em Linguística) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2011.
- FEDATTO, C. P. **Um saber nas ruas**: O discurso histórico sobre a cidade brasileira. Campinas: Editora da Unicamp, 2013.
- FLORES, M. B. R.; SERPA, E. C. A hermenêutica do vazio: fronteira, região e brasilidade na viagem do governador ao Oeste de Santa Catarina. *In*: CENTRO DE MEMÓRIA DO OESTE DE SANTA CATARINA - CEOM (org.). **A viagem de 1929**: Oeste de Santa Catarina: documentos e leituras. Chapecó: Argos, 2005. p. 129-153.
- LEMOS, M. A. **Entre espaços, sujeitos e línguas**: a produção da fronteira em Dionísio Cerqueira-SC, Barracão-PR (Brasil) e Bernardo de Irigoyen (Misiones, Argentina) nos relatos de viagens. 211 p. Tese (Doutorado em Linguística) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2019.
- MARIANI, B. **Colonização linguística**. Campinas: Pontes, 2004.
- NASCIMENTO, D. **Pela fronteira**. Curitiba: Typografia da República, 1903.
- NUNES, K. L. D. **Santa Catarina no caminho da revolução de trinta**: memórias de combates (1929-1931). 2009. 407 p. Tese (Doutorado em História Cultural) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2009.
- ORLANDI, E. P. **Análise de discurso**: princípios & procedimentos. Campinas: Pontes, 1999.
- ORLANDI, E. P. **As formas do silêncio**: no movimento dos sentidos. 6. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

PAYER, M. O. Memória da língua: entre a língua nacional e a língua materna. In: Seminário de Estudos em Análise do Discurso, 2, 2005, Porto Alegre. **Anais do II SEAD - Seminário de Estudos em Análise do Discurso**, Porto Alegre: UFRGS, 2005, p. 1-11.

RENK, A. O conhecimento do território: a Bandeira de Konder. In: CENTRO DE MEMÓRIA DO OESTE DE SANTA CATARINA – CEOM (org.). **A viagem de 1929: Oeste de Santa Catarina: documentos e leituras**. Chapecó: Argos, 2005. p. 109-127.

RODRÍGUEZ-ALCALÁ, C. Discurso e cidade: a linguagem e a construção da “evidência do mundo”. In: RODRIGUES, E. A. et al. (org.). **Análise de discurso no Brasil: Pensando o impensado sempre. Uma homenagem a Eni Orlandi**. Campinas: Editora RG, 2011. p. 243-258.

VOJNIAK, F. Prefácio – uma breve leitura dos documentos. In: CENTRO DE MEMÓRIA DO OESTE DE SANTA CATARINA – CEOM (org.). **A viagem de 1929: Oeste de Santa Catarina: documentos e leituras**. Chapecó: Argos, 2005. p. 9- 16.